



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política  
Curso de Graduação em Ciência Política

## **A influência política do esporte**

Bruna Albuquerque Cirilo Rocha

Brasília – DF

2019

Bruna Albuquerque Cirilo Rocha

**A influência política do esporte**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Mestre Matheus Martins Ferreira

Brasília, junho de 2019.

Bruna Albuquerque Cirilo Rocha

**A influência do esporte na política**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

---

Orientador: Prof. Mestre Matheus Martins Ferreira  
(IPOL/UnB)

---

Parecerista: Prof. Dr. Paulo César Nascimento  
(IPOL/UnB)

Brasília, junho de 2019

Em memória, dedico ao meu avô Luís, às  
minhas bisavós Orminda e Dondeça, à minha  
tia Decinha e ao meu padrinho Geraldo.  
E a todos os amantes do esporte.

## Agradecimentos

Início meus agradecimentos exaltando meu orientador, o Mestre Matheus Martins Ferreira, que surgiu ao resgate num momento de aflição e acrescentou de forma única e extremamente positiva na produção dessa monografia; sou grata pela notável paciência, disposição e solicitude voltadas à minha pessoa e a esse trabalho.

À Coordenadora do Instituto de Ciência Política, Dra. Graziela Dias Teixeira, sou grata pela benevolência. Gostaria de destacar meus agradecimentos aos professores Dr. Paulo Nascimento, Dr. André Borges, Dr. Carlos Batista, e às professoras Dra. Marisa Von Bülow e Dra. Rebecca Abers; que agregaram de forma extremamente positiva na minha formação acadêmica. Ainda no Instituto, estendo meus agradecimentos a todos os funcionários, especialmente Gisele, Fábio e Yuit.

Ao meu colega de curso, Daniel Saran Fernandes, sou grata pela inspiração à escrita de um tema do qual eu realmente gosto e me importo, o esporte.

Termino os agradecimentos formais me dirigindo agora àqueles que contribuíram no âmbito pessoal dessa odisseia.

Primeiramente, agradeço a Deus, pelos ensinamentos diários que me capacitaram para chegar até aqui, e a Nossa Senhora, por me amparar nos momentos de angústia. Agradeço imensamente aos meus queridos pais, sem os quais eu não teria terminado esse curso e que me apoiaram muito além do suporte financeiro com sábias palavras, muita paciência e compreensão. Agradeço ao meu pai, Afrânio, pelo maior exemplo de resiliência que já testemunhei e pelas lições de vida que muito me ensinaram e agradeço à minha mãe, Andréa, pelos conselhos sempre bem humorados e pelos necessários puxões de orelha, além do valioso acréscimo de conteúdo histórico para esse trabalho, como a excelente historiadora que é.

À minha avó Fátima, sou grata pelo carinho e refúgio que apenas avós são capazes de ofertar. À minha madrinha Adriana e meus tios Júnior, Evandro e Rosana, sou grata também pelo suporte e pela preocupação com a minha pessoa e meu futuro profissional e acadêmico. Agradeço também aos meus primos lindos – Dudu, Filipe, Johnny e Pedro – pela descontração que me trazem com seus memes e conversas sobre futebol e NBA no dia a dia; além dos nossos frequentes encontros, essenciais para a manutenção do meu bem-estar e bom humor.

Um agradecimento especial ao amor da minha vida, meu querido irmãozinho Rodrigo. Obrigada, príncipe, pela leveza que você traz para o meu dia a dia, por me distrair do mundo

com as nossas mais extensas e profundas conversas sobre futebol, Harry Potter, super-heróis da Marvel e da DC e as teorias sobre seus poderes e as infindáveis perguntas que começam com: “*mas e se*”; “*será que*”; “*já imaginou*”; ou o famoso “*por que*”.

Gostaria de agradecer aos profissionais sensacionais que acompanharam e continuam acompanhando a luta diária que vivo por conta dos meus problemas de saúde e aos que me deram/dão um suporte incrível na recuperação das minhas lesões e seguidas cirurgias no joelho e minha delicada cirurgia no rosto. Destaco a talentosíssima e dedicada cirurgiã de cabeça e pescoço, Dra. Marina Azzi, o ortopedista, Dr. Vinicius Carvalho, a acupunturista e fisioterapeuta Tatiane Rodrigues e a fisioterapeuta Nadine Costa.

Por fim, agradeço aos meus queridos amigos Tutu, Chanel, Logan, Elthon, Felipe Liebl e às minhas divinas amigas, a Miss Simpatia Tiná e, especialmente, a linda maravilhosa Camila e sua querida família. Camila, Larissa, Tia Vilma, Tio Beto e Nala, sou imensamente grata à participação de sua família na minha vida, aos nossos momentos de descontração, ao *safe place* que vocês e sua casa se tornaram para mim, e à fofura extrema da cachorrinha Nala – que me ajudou a abrir um sorriso num dos momentos mais difíceis que já passei.

Amo todos vocês. Obrigada por tudo.

“Não é só futebol.”

Frase de domínio público.<sup>1</sup>

“Sports have the power to change the  
world.”

Nelson Mandela

---

<sup>1</sup> Frase amplamente utilizada na esfera esportiva mundial a fim de exprimir o rompimento das barreiras esportivas do qual o futebol é capaz, atingindo esferas sociais, políticas, raciais e outras. Acredita-se que a origem da expressão seja inglesa; no Brasil a expressão se popularizou após a tragédia da Chapecoense em 2016. Exemplos da utilização da expressão podem ser vistos nas seguintes matérias: <http://bit.ly/2GKn5TA>; <http://bit.ly/334no5j>

## Resumo

Esse trabalho visa trazer à luz o poder de interferência e, principalmente, influência que o esporte detém no ambiente político. Com essa finalidade, é feito um estudo histórico de acontecimentos e manifestações originárias do âmbito esportivo que alcançaram o meio político e a análise da utilização do esporte com fins políticos. Os principais tópicos desse estudo são a “Democracia Corinthiana” durante a Ditadura Militar Brasileira, o papel fundamental do Rúgbi na luta contra o racismo e o fim do *Apartheid* na África do Sul.

**Palavras-chave:** esporte; política, democracia; influência política; rúgbi; racismo; Apartheid.



## **Abstract**

This essay aims at bringing to light the potentiality of the interference and, mainly, the influence that sports can hold within the political environment. With this purpose in mind, it is presented an historical study of events and manifestations originated inside the sports sphere in which have reached some political impact, along with the review of the use of sports for political purposes. The primary topics of this essay are the “Corinthian Democracy” under the Brazilian Dictatorship, the fundamental role of Rugby on the fight against racism and the end of Apartheid at South Africa.

**Keywords:** sports; politics; democracy; political influence; rugby; racism; Apartheid.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>13</b>
1.1. Política .....	13
1.2. Democracia .....	14
1.3. Esfera Pública.....	16
1.4. Ação Política .....	19
1.5. Esporte.....	20
<b>2. ATOS POLÍTICOS DO ESPORTE .....</b>	<b>23</b>
2.1. Democracia Corinthiana .....	23
2.2. O Rúgbi contra o racismo na África do Sul .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

Os “Panteras Negras” nas Olimpíadas do México em 1968, Jesse Owens nas Olimpíadas de Berlin em 1936, a seleção brasileira de futebol na década de setenta, mais recentemente, Colin Kaepernick na NFL, o Santos de Pelé parando guerras... Os exemplos nos quais o esporte alcança a esfera política e a influência de alguma forma são extensos e muitas vezes subestimados ou esquecidos no tempo. Esse trabalho traz à luz momentos como esses, que partiram do meio esportivo e tocaram a sociedade de forma a deixar uma marca ressonando em sua história e sua política. Mais especificamente, esse trabalho aborda dois desses momentos históricos; a Democracia Corinthiana, que aconteceu no início da década de 80, e o papel do rúgbi na África do Sul na luta contra o racismo durante quase todo o século XX.

A relevância do esporte faz-se cada vez mais latente no cotidiano das mais diversas sociedades ao redor do globo e esse trabalho tem como objetivo evidenciar esses momentos e expor a potência política que o esporte detém. O esporte como ferramenta política possui singular poder de mobilização e de influência, o que alguns optam por ignoram, mesmo no meio acadêmico.

Para que esses momentos possam ser compreendidos como marcos políticos e históricos, o trabalho foi dividido em dois capítulos – o primeiro deles esclarece de forma sucinta conceitos essenciais da ciência política de forma a auxiliar no entendimento da forma como o esporte se encaixa nesse meio, o influencia, além de apresentar o contexto no qual o faz. Os conceitos a serem explanados são: política, democracia, esfera pública, ação política e o esporte em si.

O segundo capítulo é a alma do trabalho – nele o esporte ganha um espaço de fala. Na sua primeira parte é explicado o contexto em que se encontrava o Brasil no início da década de oitenta e como a Democracia Corinthiana ganhou forma para assumir um papel de influência no cenário nacional contra o regime antidemocrático em que o país se encontrava na época e guiar uma grande parcela da população na luta pela democracia e o fim da ditadura.

A segunda parte desse capítulo apresenta uma esfera esportiva menos popular para o brasileiro, mas tão potente quanto o futebol, o rúgbi. Nessa parte é feita uma contextualização política e social da África do Sul e conta o trajeto do rúgbi ao longo do século na luta contra o regime racista e segregacionista pelo qual os sul-africanos sofreram por 46 anos, o *Apartheid*.

No final é dito como esse esporte foi capaz de unir a nação sul-africana sob sua torcida unificada e dar um forte pontapé na constante luta contra o racismo na unificação do povo sul-africano.

## 1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Na pretensão de reconhecer o esporte como um dos agentes detentores do poder de influência sobre a esfera política e buscando assimilar o alcance e as repercussões dessa influência, torna-se essencial a explanação de alguns temas elementares no estudo da ciência política. Dado que, para reconhecer a presença esportiva na esfera política e em seus debates, é necessária a familiaridade com temas como democracia, ação política, esfera pública e, o primeiro conceito a ser explanado – o cerne desta graduação – a política em si. Sendo assim, a elucidação desses temas, fundamental para o desenvolvimento desse trabalho.

### 1.1. Política

As definições mais tradicionais de política a identificam como a arte ou a ciência do Estado ou do governo; reservando a prática política, seus recursos e processos à atividade estatal. No entanto, essa interpretação encontra-se delimitada a partir do momento que a importância política de instituições não governamentais são reconhecidas; instituições como partidos, facções e grupos de pressão que, de alguma forma, intervêm na atividade estatal e também atuam politicamente. (SCHIMITTER, 1984: 30)

Assim como a política ultrapassa a barreira estatal, a compreensão de poder vai além do monopólio da força pelo Estado e não deve ser reduzida a essa relação de dominação. Por ser um termo mais abrangente, a palavra influência é mais adequada ao referir-se a poder político, dando à dominação um sentido diversificado e fazendo da força “apenas” mais um dos recursos utilizados pelos atores ou grupos políticos. (SCHIMITTER, 1984: 31)

Levando a intervenção na atividade estatal como quesito de reconhecimento político de instituições não governamentais, organizações como torcidas organizadas, times de grande expressão e associações atléticas, por exemplo, também podem ser certificadas como organizações políticas a partir do momento que seu poder de influência é notado e alcança a esfera política.

O que abre espaço para uma interpretação cultural desse fenômeno, como elucidado por Cornelius Castoriadis (2002: 183):

“[...] a história humana, assim como as diversas formas de sociedade que conhecemos nesta história, é essencialmente definida pela criação

imaginária. Imaginário, neste contexto, não significa evidentemente fictício, ilusório, especular, mas posição de novas formas, e posição não determinante; posição imotivada, da qual não pode dar conta uma explicação causal, funcional ou mesmo radical.

Essas formas criadas por cada sociedade, fazem existir um mundo no qual está sociedade se inscreve e ocupa um lugar. É por meio delas que a sociedade constitui um sistema de normas, de instituições no sentido mais amplo do termo, de valores, de orientações, de finalidades, tanto da vida coletiva como da vida individual. No núcleo dessas formas encontram-se, a cada vez, as significações imaginárias sociais criadas por esta sociedade, as significações que suas instituições encarnam.”

A partir disso, torna-se possível compreender como o imaginário social presente numa sociedade influencia profundamente em sua formação como um todo; em sua cultura, política, suas instituições, normas e até comportamentos – ilustrando como o imaginário social se conecta à política e como os fenômenos culturais e políticos se inter-relacionam. Esse enlace político-cultural auxilia na compreensão da ligação existente entre o âmbito esportivo e o político, considerando que o esporte é um desses fenômenos culturais constituído pelo imaginário social. Esse meio esportivo, originário por meio do imaginário social, auxilia na constituição política, cultural e social da sociedade proveniente desse imaginário social.

Tendo em vista que todo cientista político deve formular o seu próprio conceito sobre política (SCHIMITTER, 1984: 30), para esse trabalho, portanto, política é a ciência de administrar qualquer estrutura social complexa o suficiente para demandar a existência de normas e a arte de representar e mediar interesses e necessidades distintos visando o bem comum sem desprezar a diversidade de sua sociedade. Ressaltando ser uma área plural e multidisciplinar, influenciando e sendo influenciada por outras áreas, como a área econômica e, o objeto desse estudo, a área desportiva. Dessa forma, o esporte é uma forma criada dentro de cada sociedade a fim de dar significações imaginárias sociais, que interferem nas decisões políticas de qualquer estrutura social e, portanto, possui influência política de grande relevância na sociedade.

## **1.2. Democracia**

Os próximos três conceitos a serem explanados nesse capítulo são parte essencial do estudo da ciência política e assim são ao mesmo tempo indispensáveis para o reconhecimento do esporte como uma força política. Como o primeiro tópico esportivo a ser abordado nesse

trabalho é a Democracia Corintiana, a compreensão do que o termo democracia representa é fundamental para o andamento do trabalho.

“A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressada da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprilhe a vontade” (SCHUMPETER, 1961: 305)

Na visão do autor contemporâneo Joseph Schumpeter, democracia não é o que o governo faz, mas a forma como se decide o que o governo irá fazer na busca de concretizar o objetivo do bem comum – através do processo de escolha eleitoral onde todos possuem o direito ao voto e os representantes eleitos têm a obrigação de representar a vontade de seu eleitorado. (SCHUMPETER, 1961: 306)

Schumpeter (1961: 297) vai além e afirma que sociedade democrática é aquela que não faz nenhuma forma de discriminação ao que se refere a assuntos públicos – como o direito ao voto. Se todos têm acesso igualitário e indiscriminado aos assuntos políticos e possuem o mesmo objetivo – o bem comum – o que dificulta o “funcionamento pleno” da democracia é que o conceito de bem comum é interpretado de formas diversas pelos indivíduos e, quando interpretado de forma similar, ocorre, também, a possibilidade de divergência na forma e no meio mais adequados para atingir esse bem comum, ou seja, a vontade individual difere da vontade geral. Essas divergências dificultam a função dos eleitos, que devem “unificar as vontades individuais e procurar fundi-las por meio da discussão racional e transformá-las na vontade do povo”. (SCHUMPETER, 1961: 308)

Seguindo a linha de pensamento da teoria da democracia exposta por Schumpeter, Dahl (1997: 25) tem a intenção de tratar aspectos específicos da democratização como contestação pública e direito de participação. Na visão de Dahl, a característica chave da democratização é o governo tratar todos os seus cidadãos como politicamente iguais e democracia é um sistema político que possui a qualidade de ser totalmente ou quase totalmente responsivo a todos os seus cidadãos.

Para que o governo possa continuar responsivo às preferências de seus cidadãos existem três condições necessárias à democracia; seus cidadãos devem desfrutar de oportunidades plenas de formular suas preferências, poder expressá-las livremente e tê-las igualmente consideradas sem discriminação. A fim de garantir essas três condições à sua população, o autor elenca oito requisitos básicos para que haja Poliarquia – democracia em sua quase total integralidade – considerando que, segundo Dahl, a democracia em sua total

plenitude não é alcançável. Esses oito requisitos são: 1. liberdade de associação; 2. liberdade de expressão; 3. direito ao voto; 4. elegibilidade para cargos políticos; 5. livre concorrência eleitoral; 6. diversidade de fontes de informação; 7. eleições livres e limpas; e 8. instituições que vinculem as decisões governamentais às decisões eleitorais. (DAHL, 1997: 27)

A forma como esses requisitos são respeitados varia de acordo com os sistemas políticos e com o grau de inclusão e contestação pública de um governo; fazendo do grau de inclusão e da contestação pública conceitos-chave para elencar o estágio de democratização de um governo. Um governo que garante o voto de apenas alguns cidadãos está sujeito à maior contestação pública, já quando uma maior parte da população desfruta de direito ao voto seu governo é considerado mais inclusivo. Assim, o processo de democratização perpassa, invariavelmente, por esses dois pontos centrais. (DAHL, 1997: 28)

A partir daí é possível compreender que o direito indiscriminado ao voto é de suma importância para a existência de um Estado Democrático, mas não é a única característica que constitui a democracia. É imprescindível analisar as circunstâncias do ambiente político, além de sua capacidade de inclusão, dado que o sufrágio universal em um governo repressivo, por exemplo, proporciona consideravelmente menos oportunidades e liberdades às oposições do que um Estado com o sufrágio limitado e com um governo tolerante. Contudo, o direito de participação universal deve ser invariavelmente levado em conta, visto que um sistema de contestação pública não é necessariamente equivalente à democratização plena. (DAHL, 1997: 30-32)

É importante esclarecer que, segundo Dahl, não existem regimes plenamente democráticos e a Poliarquia seria, essencialmente, o que mais se aproxima do ideal de democracia. Afirmar que um regime é uma Poliarquia significa dizer que esse regime é o mais equivalente possível de uma democracia, no qual são substancialmente popularizados e liberalizados, ou seja, fortemente inclusivos e abertos à contestação pública; o que resulta em um aumento no número de indivíduos, grupos e interesses no âmbito político. (DAHL, 1997: 34-37) Apesar de Dahl optar pela utilização do termo “Poliarquia”, como explicado anteriormente, nesse trabalho continuaremos utilizando o termo “Democracia” para tratar da Democracia Corinthiana.

### **1.3. Esfera Pública**



Ao passo que Dahl procura determinar seus conceitos com um aspecto mais palpável e delimitado – de forma mais sistemática – Habermas expõe uma perspectiva mais abstrata e idealizada de política. Jürgen Habermas propõe que a democracia pode ser alcançada através do estabelecimento de uma esfera deliberativa, sanando os desequilíbrios de poder contidos dentro da sociedade como um todo, onde os indivíduos alcançam o consenso normativo baseado essencialmente nos princípios da razão e, assim, a política é vista como parte de um diálogo racional. São através das políticas deliberativas, nas quais dependem das condições de comunicação, que o processo político pode ser presumido para produzir resultados racionais e alcançar o consenso – levando em conta que opera deliberativamente em todos os níveis – havendo um procedimento ideal para produzir deliberação e decisão, assegurando a obtenção de resultados transparentes e legítimos. (LUBENOW, 2010)

Esse espaço de deliberação é o que Habermas (1997: 92) nomeia de esfera ou espaço público e descreve como:

“um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade [...] A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização [...] Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis [...] pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos [...] se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.”

Assim, pode-se inferir que esfera pública é o “espaço social” gerado a partir do agir comunicativo da sociedade civil em que tal espaço é caracterizado como um ambiente de interação e deliberação de assuntos de interesse geral, acessível a todos os interessados e a todos os tópicos de relevância pública. Espaço no qual ninguém deve ser constrangido e todos devem ser tratados de forma igualitária; opiniões, ideias e questões de interesse público devem ser deliberadas de forma eficaz, visando, invariavelmente, alcançar o bem comum. Ou seja, é um espaço de interação que tem como base a comunicação irrestrita dentro da sociedade civil e que objetiva abordar democraticamente os interesses públicos através de uma racional e ampla deliberação. Nesse sentido, a idealização habermasiana parte do princípio de que a deliberação racional leva ao consenso quanto ao bem comum.

O espaço público exposto por Habermas pode ser ilustrado por uma “rede

supercomplexa” que amplia suas ramificações de forma espacial sobre uma quantidade incalculável de áreas “internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais” em que essas ramificações se sobrepõem umas às outras ao passo que, simultaneamente, associam-se de forma objetiva; em ressonância com suas próprias peculiaridades, como interesses e associações políticas. Tendo em vista o processo de entrelaçamento dessa rede – assim como seu desentrelaçamento - essas áreas constituem a forma de esferas públicas parcialmente especializadas; conservando características de acessibilidade irrestrita, mesmo que a uma agremiação de leigos. (HABERMAS, 1992: 107)

Essas esferas mais ou menos especializadas são categorizadas por níveis em conformidade com a sua densidade de comunicação, sua complexidade organizacional e seu alcance, desenvolvendo três tipos de esfera pública: a episódica, a de presença organizada e a abstrata. A esfera pública episódica é caracterizada por sua organização modesta e poderia ser, por exemplo, um encontro esporádico num bar; a esfera pública de presença organizada dispõe de um nome auto explicativo e demanda maior complexidade de organização como, por exemplo, uma torcida que frequenta os jogos de futebol de um certo time; e a esfera pública abstrata, que também dispõe de um nome auto explicativo, é produzida pela mídia e é marcada pela ausência de um espaço físico e sua capacidade de, facilmente, atingir um aspecto global. (HABERMAS, 1992: 107)

Essas esferas públicas parciais, como denominadas por Habermas, não apresentam fronteiras rígidas imutáveis, mas apresentam características porosas que viabilizam a ligação entre esferas que compartilham da mesma forma de comunicação – linguagens em comum. Essas fronteiras se expandem radialmente em todas as direções, sendo o que permite o desenvolvimento dessa “rede supercomplexa”. (HABERMAS, 1992: 107 e 108)

Logo, para que seja possível captar o meio pelo qual o desporto alcança o escopo político, é primordial compreender que – vislumbrada normativamente – a esfera pública pavimenta a legitimidade do poder de influência exercido sobre o sistema político; levando em consideração que a própria influência surge a partir do agir comunicativo presente na esfera pública, além de ser estabelecida e consolidada na mesma. Ressaltando que pessoas e grupos de pessoas notáveis, tais como “autoridade de membros de igreja, a notoriedade de literatos e artistas, a reputação de cientistas, o renome de astros do esporte...” logram do seu poder de influência através das esferas públicas especiais; no caso desse estudo, a de âmbito esportivo. (HABERMAS, 1992: 94 e 95)

#### 1.4. Ação Política

Após estabelecidos os pré-requisitos básicos para uma breve compreensão de política, democracia e esfera pública, chega-se, enfim, à ação política. Afinal, considerando que qualquer ato social tem o potencial político, como se pode classificar, então, uma ação específica como uma ação política?

Hannah Arendt faz a discriminação entre três atividades específicas: labor, obra e ação. Para isso, Arendt busca diferenciar aquilo que é natural daquilo que não o é; o labor e a obra se distinguem da ação por conta de sua durabilidade e suas relações com distintas circunstâncias ligadas à humanidade. O labor é voltado para a satisfação das necessidades vitais do ser humano, fazendo de sua durabilidade a mais breve e tornando o laborar a atividade menos valorizada das três. Já a obra, está ligada à fabricação; fabricação essa que tem como finalidade a elaboração de objetos duráveis que podem chegar até a transcender seu criador. A obra, no entanto, apesar de deter uma durabilidade indeterminada, tem essa durabilidade dependente da ação do homem, o que expõe sua artificialidade limitada. Um livro, por exemplo, se bem cuidado, pode perdurar por centenas de anos; mas na ausência da ação humana é apenas papel e tende a se extinguir. (AVRITZER, 2006: 150-153)

Avritzer (2006:153) afirma que “ação é a atividade puramente artificial entre os indivíduos que tem como precondição a igualdade e a pluralidade” – destacando que tanto o princípio de igualdade quanto o de pluralidade dentro da sociedade permitem certo grau de hierarquia na qual a pluralidade é capaz de se expressar. Sendo a interação entre os seres humanos o que auxilia na distinção entre ação e as outras duas atividades anteriormente citadas. A ação é a única atividade que não está voltada à produção de objetos – essa atividade é intrinsecamente dependente da interação igualitária e plural entre os seres humanos na esfera pública<sup>2</sup>.

Arendt explica que toda ação pode ser segmentada em duas partes; seu início, realizado por uma única pessoa e sua “realização”, que acontece quando outras pessoas aderem à essa ação para conduzi-la e finalizá-la, levando “a cabo o empreendimento”. O que esclarece que a ação política se desenrola em conjunto, nunca podendo ser executada de forma isolada, e pode surgir a partir de qualquer ser humano que interaja com a sociedade, criando algo novo e imprevisível. (ARENDR, 2007: 202) Ou seja, por mais que o início da

---

<sup>2</sup> É importante destacar que o conceito de esfera pública de Hannah Arendt se difere do conceito habermasiano explicado à cima; contudo essa diferença não se faz relevante no contexto desse trabalho.

ação seja obra de um único indivíduo “aleatório”, há a necessidade de outras pessoas para que a ação seja concluída.

No entanto, por estarmos inseridos numa sociedade diversa, é impossível (ou quase impossível) antecipar perfeitamente as consequências dessas ações, tendo em vista seu elevado grau de imprevisibilidade gerado pelo fato de que toda ação pode gerar uma reação distinta. Logo, toda ação gera uma reação na qual seu resultado integral é uma incógnita e, por isso, o autor da ação não pode ser o autor da história, já que seu significado só poder ser interpretado no “fim” desse processo. (LEFORT, 1987, p.84). Assim sendo, toda ação é ímpar e única; e é essa singularidade que a distingue das atividades regulares existentes na humanidade. Essas atividades corriqueiras tendem a se replicar e se sobrepor, gerando um sentimento de transitoriedade e significância limitada. (BRITO, 2007: 84)

A dimensão de uma ação é medida de acordo com a sua permanência temporal, sua proeminência está intimamente ligada à sua repercussão ao longo do tempo – quanto mais difundida e enraizada na história, maior é a sua grandeza. Contudo, não é todo feito que se sobressai ao ponto de conquistar esse reconhecimento na linha do tempo; de acordo com Arendt, o feito que conquista esse reconhecimento é aquele que está “imbuído de princípios reconhecidos e aclamados pelos demais homens da esfera pública”, visto que esses são os princípios que qualificam um feito como uma ação arendtiana e determinam sua grandeza. Esses princípios realçam que o percursor da ação é mortal, mas mantêm seu significado de forma perpétua, viabilizando a comunicação além da barreira da mortalidade do ser humano. (BRITO, 2007: 71)

“A ação é o que instaura o novo, o inesperado. O fato de que o homem é capaz de ação significa que de seu lado podemos esperar o inesperado, significa que ele está à altura de realizar o que é infinitamente improvável”. (ARENDR in BERTEN, 2004: 79),

## **1.5. Esporte**

Para finalizar o presente capítulo, alcança-se o conceito que impulsionou e pavimentou a realização dessa pesquisa, o esporte. Apesar de seu caráter universal e de ser classificado como “um dos fenômenos socioculturais mais importantes neste final do século XX” (TUBINO, 2017), o país do futebol – assim como um trabalho acadêmico – demanda essa elucidação. Considerando que, no Brasil, o termo “desporto” é rapidamente associado

àquele célebre esporte de origem inglesa e praticado com os pés de forma admiravelmente leviana. Ainda que o futebol seja largamente reconhecido como o esporte mais popular do mundo, não é o único; sendo assim, é elementar assinalar que: esporte não conota somente ao futebol. Isto posto, como classificar então um termo tão holístico?

Para que seja viável conceituar um termo largamente utilizado no dialeto popular como é o esporte, faz-se necessário limitar o seu significado de maneira que seu uso seja restringido, suprimindo uma parte considerável de sua aplicação. (BARBANTI, 2006: 54) Por exemplo, um grupo de crianças disputando uma partida de queimada durante o recreio – com a simples intenção de buscar divertimento – é esporte ou brincadeira? Ou atletas profissionais disputando uma partida de vôlei com o objetivo de entreter um público e receber salário, é esporte ou trabalho?

Com o propósito de sanar essa ambivalência elenca-se como guia três preceitos essenciais para essa definição. O primeiro deles é determinar os tipos específicos de atividades executadas na prática esportiva; sendo elas as que compreendem habilidades motoras complexas e/ou esforço físico intenso. (BARBANTI, 2006: 54 e 55) Tendo como exemplo a atividade de jogar vídeo game, que – apesar de exigir certa coordenação motora para apertar botões – não demanda habilidade motora complexa como andar à cavalo ou pilotar um carro de corrida o fazem; arrematando então que jogar *FIFA* no *Playstation* não é uma prática esportiva.

Contudo, não são todas as atividades que exigem habilidades motoras complexas e/ou esforço físico intenso que podem ser consideradas atividades esportivas; levando ao segundo preceito essencial para a definição de esporte, as condições sob as quais tais atividades transcorrem. (BARBANTI, 2006: 55) Esse item auxilia na distinção entre um grupo de pessoas que se reúne para jogar vôlei no parque e o grupo de pessoas selecionadas para compor a seleção de seu país nas Olimpíadas. Ainda que os dois grupos estejam praticando a mesma atividade física, o primeiro grupo encontra-se em uma situação informal e desestruturada com nenhuma ou quase nenhuma competitividade, ao passo que uma competição como as Olimpíadas exige um ambiente formal e organizado, na qual há institucionalização. Para que as seleções olímpicas possam competir de forma justa e igualitária é necessária a existência de regras padronizadas aplicadas por uma entidade oficial, instigando a competitividade e o desenvolvimento de esquemas táticos e treinamentos que visam o aperfeiçoamento e a vitória, o que gera o ambiente mais formal. Sendo assim, essa institucionalização que classifica uma atividade física um esporte é a padronização rigorosa de regras e a evolução das habilidades do atleta.

Ou seja, o que qualifica uma atividade física específica como esporte é a existência da exigência de habilidades motoras complexas e/ou esforço físico intenso somados à institucionalização padronizada e rigorosa dessas atividades, gerando competitividade e aperfeiçoamento das habilidades pré-existentes.

Essa institucionalização esportiva e sua padronização global permitem um maior enraizamento cultural do esporte, certificando sua força no imaginário social; logo, consolidando a influência do esporte na construção social e política de toda sociedade da qual faz parte. Considerando essa qualidade quase soberana no imaginário social do meio no qual estamos inseridos, esse poder de influência política é digno de um estudo.

## **2. ATOS POLÍTICOS DO ESPORTE**

Algumas dessas ações destacam-se pela relevância de seus feitos na linha do tempo de forma admirável. A essência desse estudo, essas ações são originárias do âmbito esportivo e atingiram a esfera política de forma a deixar seu timbre ressonando na sociedade de maneira generosa e permanente.

### **2.1. Democracia Corinthiana**

Uma efervescência de tensões entre grupos sociais devido às condições econômicas inconstantes herdadas do final da década de 1950 e às condições políticas assoladas pela repercussão global da Guerra Fria e ao questionamento social e político gerado pelo debate capitalismo x socialismo; forças militares tiveram uma impulsão favorável ao ingresso na política. Longe de democrático, o Golpe Militar de 1964 aproveitou-se da fragilidade dos partidos políticos da época e da simplória consciência de democracia apresentada naquele tempo para iniciar a militarização da política brasileira. (IANNI, 1968: 144) O Golpe Militar de 1964 marcou o fim de um período democrático no Brasil e o início de uma ditadura brutal que perdurou por vinte e um anos, até seu fim em 1985.

Ao longo desse período, eram permitidas apenas duas organizações políticas, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB e a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, sendo o MDB composto pelo que era considerada a oposição ao governo militar e a ARENA constituída por membros em consonância com os ideais militares. Esse sistema de governo bipartidário e enrijecido pelos militares foi marcado pela repressão da liberdade de expressão, limitação de associações entre seus cidadãos, eleições indiretas, concorrência eleitoral extremamente controlada, manipulação das fontes de informação e cerceamento da imprensa, violação dos direitos humanos, entre outras características que vão contra os atributos supracitados no capítulo anterior por Dahl (1997:27) para medir o grau de democratização de uma sociedade. Destacando o baixo grau de inclusão e contestação pública presentes no Brasil durante o período da Ditadura, o que evidencia fortemente como esse sistema político correu de forma extremamente antagônica ao ideal democrático.

Meio a essa atmosfera de liberdades limitadas, surgiu a Democracia Corinthiana, nome concedido pelo publicitário Washington Olivetto em referência ao período de 1982 a

1984, em que todos dentro do clube de futebol – dirigentes, atletas, comissão técnica, os outros funcionários do time e os torcedores associados – tinham poder de decisão sobre tudo relacionado ao Corinthians. As decisões eram tomadas através do voto igualitário entre todos e, assim que tomadas, eram respeitadas. Filosofia de autogestão inusitada essa, levando em consideração o sistema antidemocrático que o clube paulista se encontrava à época no Brasil.

“Às 20h30 do dia 1o de setembro, à luz de um lampião, na esquina das ruas José Paulino e Cônego Martins, no bairro do Bom Retiro, o grupo de operários formado por Anselmo Corrêa, Antônio Pereira, Carlos Silva, Joaquim Ambrósio e Raphael Perrone fundaram o Sport Club Corinthians Paulista. Com mais oito rapazes, foi formada a reunião dos primeiros integrantes e sócio fundadores do Timão, que teve seu nome inspirado na equipe inglesa Corinthian-Casuals Football Club, que fazia excursão pelo Brasil. O presidente escolhido por eles foi o alfaiate Miguel Battaglia, que, já no primeiro momento, afirmou: ‘O Corinthians vai ser o time do povo e o povo é quem vai fazer o time’. Um terreno alugado na Rua José Paulino foi aplainado, virou campo e foi lá que, já no dia 14 de setembro, o primeiro treino foi realizado diante de uma plateia entusiasmada, que garantiu: ‘Este veio para ficar!’.” Fonte: <http://bit.ly/2NsPeUV>

A fundação do Sport Clube Corinthians Paulista realizada por operários e a famosa afirmação de seu primeiro presidente ilustra a ligação corintiana com a sociedade marginalizada da cidade de São Paulo; o Corinthians tornou-se o clube no qual “as classes populares podiam se reconhecer, especialmente a parte composta pelas comunidades negras e, logo em seguida, pelos imigrantes nordestinos” (NEGREIROS, 1992 in FLORENZANO, 2010: 147). Esse time de futebol adquiriu a capacidade de simbolizar a coesão social e harmonia entre classes, raças, paulistas e imigrantes – acolheu aqueles que não encontravam seu lugar na sociedade e deu-lhes algo em comum para se relacionar e, assim, fortalecer o surgimento e a integração de uma esfera pública especializada, como explicado por Habermas anteriormente, a torcida do Corinthians e a comunidade que existe dentro e ao redor do clube até hoje; uma esfera claramente acolhedora. E, dessa forma, cresceu o time paulista – como uma equipe capaz de proporcionar um abrangente rito de integração popular. (FLORENZANO, 2010: 149)

Essa capacidade de integração extensa fez da torcida do Corinthians a segunda mais numerosa do Brasil<sup>3</sup> com aproximadamente 29.189.286 torcedores, ficando atrás apenas da torcida do Flamengo. Torcida essa que expõe a potente capacidade de influência e mobilização que gira ao redor do clube. Influência essa que marcou seu lugar na história

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2J7kDbx>



durante a ditadura brasileira e que até os dias atuais continua fazendo-se notar.

Meio a profundas crises no clube causadas pela seca de vitórias expressivas, instabilidade política interna, um longo jejum de 23 anos – entre 1954 e 1977 – sem a conquista de um título, onze anos – entre 1957 e 1968 – de tabu sem conseguir ganhar do rival da baixada santista, time do Rei Pelé, rebaixamentos e disputas fracassadas de títulos na série B, o Corinthians foi capaz de consolidar seus fiéis<sup>4</sup> torcedores ao seu redor; uma cumplicidade que nasceu em extensos momentos de dificuldade. (CORINTHIANS) (SANTOS F.C.)

“O que, para qualquer outra agremiação, poderia ter acarretado o definhamento no campo esportivo, com a perda de prestígio e a redução de público no universo das torcidas de futebol, para o alvinegro, ao contrário, viera incrementar lhe a capacidade de mobilização em torno da equipe, reforçando os laços de identificação e constituindo-se, dessa maneira, no fenômeno sociológico de uma torcida cujo crescimento parecia impulsionado precisamente por essa escassez de conquistas.” (FLORENZANO, 2010, p. 151).

Os marginalizados, um dia acolhidos pelo clube, tornaram-se sua base. Uma base fiel e fundamental para os impactantes anos da Democracia Corinthiana, que deu seus primeiros passos em 1981. (CORINTHIANS)

Um sistema ditatorial ancorado no medo de possíveis males, similar ao existente no militarismo brasileiro, permeava o ambiente interno do clube. O ex-presidente, Vicente Matheus, que era o então vice-presidente do time aterrorizava seus diretores com o conto “dos males que poderiam acontecer ao Corinthians caso ele fosse afastado do clube”. (SÓCRATES; GOZZI, 2002: 44) Essa falácia – que durou quase uma década – teve seu fim quando o então presidente, Waldemar Pires, reconheceu a necessidade de mudança.

A nomeação do novo diretor de futebol, Adilson Monteiro Alves, foi o pontapé inicial da democracia no clube. Adilson, recém-formado em sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, propôs a participação dos jogadores em todas as decisões que ele, Adilson, teria que tomar em relação ao clube. Essa proposta criou uma forte ligação de confiança por parte dos jogadores com o novo dirigente e permitiu o início da mudança estrutural dentro do clube; que, pouco depois, vendo o sucesso da nova estratégia aderiu à mudança por completo e, como foi dito anteriormente, todos dentro do clube de futebol – dirigentes, atletas, comissão

---

<sup>4</sup> É interessante informar que hoje a torcida organizada do time se chama “Gaviões da Fiel”, em referência à mascote do time e à fidelidade devota de seus torcedores.

técnica, os outros funcionários do time e torcedores associados<sup>5</sup> – tinham o direito ao voto, que estendia o poder de decisão sobre tudo relacionado ao Corinthians a todos que se encontravam diretamente ligados à instituição corintiana. (Documentário – Democracia em Preto e Branco).

A partir da mudança estrutural dentro do clube, é interessante mencionar que na teoria da democracia participativa, a noção de democracia em esferas hierarquicamente inferiores à esfera do sistema político estatal habilita seus cidadãos para a participação democrática em esferas mais abrangentes; ou seja, a vivência em meios com características democráticas aumenta o poder de questionamento em estruturas totalitárias mais robustas, ao passo que a ausência dessa vivência, abre espaço para a diminuição do questionamento e intimida a participação em estruturas totalitárias mais institucionalizadas. (PATEMAM, 1992: 43-45)

A democratização no local de trabalho, nesse caso o clube de futebol, gerou um senso de participação democrática no grupo. O que abriu espaço para o desenvolvimento do poder de questionamento dos mesmos e se expandiu para a estrutura totalitária mais robusta na qual o Corinthians se encontrava, a Ditadura Militar Brasileira.

Liberdade é algo que gera responsabilidade. É preciso saber equilibrar e administrar esses dois aspectos. Gradativamente nós começamos a mostrar para as pessoas com as quais nos relacionávamos profissionalmente que o voto delas era fundamental. Elas passaram a ter um peso muito grande, muito maior do que talvez no time. Um jogador que fosse reserva no time e não ia jogar nunca tinha peso político igual ao meu, que era jogador de seleção, ou de qualquer outro titular. Era uma oportunidade que esse atleta-cidadão não teria em nenhum outro lugar. (SOCRATES; GOZZI, 2002: 68)

O voto. Tópico determinante comum meio às teorias voltadas para o estudo da democracia. Quesito extremamente restrito durante a ditadura brasileira. A Democracia Corinthiana permitiu o acesso a esse direito elementar e de forte impacto na vida daqueles que vivem numa democracia e também na vida daqueles que não têm esse direito e veem decisões sobre o seu cotidiano e seu futuro serem tomadas pela elite política de tal regime, sem o direito de expor seus ideais e tê-los levado em consideração de forma justa e igualitária.

Em 1982, as primeiras eleições diretas para os governadores dos estados foram realizadas desde a sua suspensão pelos militares. No intuito de fortalecer as eleições e buscando mostrar para a população brasileira alheia à política a importância do voto, o

---

<sup>5</sup> O poder do voto dos torcedores associados era mais limitado, não sendo consultado em certas situações relacionadas às questões internas do clube.

Corinthians estampou em suas camisas de jogo “Dia 15 Vote”. Apesar da tentativa de repressão por parte do governo, pedindo que o time não jogasse novamente com as camisas, o Corinthians já havia se posicionado publicamente com as camisas em cinco jogos e as eleições para governador tinham ganhando um grande apoiador para sua causa; um aliado influente e capaz de mobilizar milhares. Essas eleições foram consideradas um fracasso para o governo militar, levando em conta que um número considerável de candidatos da oposição foi eleito, e em estados considerados “chave”. (Documentário – Democracia em Preto e Branco)



**Figura 1 - Faustão entrevistando Sócrates em um dos jogos que o Corinthians usou a camisa em apoio às eleições para governador.<sup>6</sup>**

O clima democrático das eleições internas do time guiou os torcedores associados ao clube<sup>7</sup> e seus funcionários num caminho de compreensão sobre como a política nacional, fora do clube, deveria funcionar e impulsionou sua participação e a daqueles próximos ao clube e pertencentes a essa esfera pública corintiana nas eleições diretas de 1982. A oposição alcançou o cargo de governador em estados como São Paulo, estado do clube corintiano, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de outros estados. Essa vitória da oposição reduziu a vantagem militar no Congresso Nacional e permitiu à oposição, quando unificada, vetar ações governamentais. Passo esse essencial para declínio e eventual fim do regime ditatorial militar em março de 1985. (SKIDMORE, 1988: 64-65)

O movimento democrático corintiano alcançou outros feitos marcantes durante seu

<sup>6</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2ScNA8x>

<sup>7</sup> Torcedores que não são associados ao clube não tinham e não têm direito ao voto nas eleições de seu time.

auge (1982-1984) também dignos de conhecimento, mas que não serão expostos nesse trabalho para dar espaço a outras análises, de forma a evidenciar a influência esportiva na política por meio de outros esportes, ambientes, contextos e até continentes diferentes – exaltando a diversidade e o poder que o fenômeno esportivo detém.

## **2.2. O Rúgbi contra o racismo na África do Sul**

A colonização europeia da África do Sul e o poder colonial sobre o país africano pode ser brevemente resumido em três etapas. Primeiro, as estruturas políticas e econômicas geradas pelos colonizadores permitiram sua supremacia sobre os nativos; segundo, os colonizadores – com o auxílio dessa supremacia – restringiram o acesso dos grupos nativos à terra, à água e ao gado, limitando ainda mais seu amadurecimento político e econômico; e, finalmente, a transformação desse grupo proscrito pelo homem branco de origem europeia em força de trabalho. Esses são os três principais fatores que marcaram o colonialismo da África do Sul até o seu fim no século XX e, dessa forma, o poder político, econômico e militar do país africano ficou nas mãos da minoria branca por quase 350 anos, deixando marcas na sociedade sul africana que ressonam até os dias atuais. (PEREIRA, 2011)

A sustentação da economia africana apoiada na escravidão e na servidão de seu povo nativo, por aproximadamente 250 anos, encaminhou o país na direção da exploração e da discriminação por pelo menos outros 100 anos. (PEREIRA, 2011) Esse esquema abusivo de exploração e discriminação do povo nativo da África do Sul por parte da minoria branca formou a base de um país extremamente racista e notavelmente opressor.

Após sua independência da Coroa Britânica, um apanhado de leis segregacionistas foi gradativamente sancionado, garantindo à elite branca do país, apenas 10% da população na época, uma quantidade exorbitante de privilégios e a manutenção do seu poder político, econômico e militar na África do Sul. Leis que garantiam 93% de todo o território nacional, com suas terras mais férteis e lucrativas aos brancos, leis regulamentando o sistema de exploração do trabalho negro, proibindo o casamento entre pessoas de cores diferentes, e assim por diante. Em 1948 a soma de todas essas leis, meio à sociedade racista do país sul africano levou ao – talvez mais cruel da história – regime de segregação racial, o *Apartheid*. (PEREIRA, 2011)

E, incorporado a essa ditadura racista que permeou a África do Sul no século XX, o rúgbi, considerado o esporte de maior expressão da comunidade branca no país à época,

entrou em campo no cenário da luta pelo fim da segregação racial e na busca da unificação da nação; feito esse alcançado na Copa do Mundo de Rúgbi sediada no país sul africano em 1995.

Ao passo que esse regime racista se consolidava, a prática excludente e maléfica proveniente desse racismo exacerbado que permeava o país resultou em num forte movimento de resistência – tanto internamente quanto externamente.

[...] As sanções internacionais estavam no centro da retração da economia: o valor das exportações conheceu decréscimo de 8% na década, enquanto o das importações retrocedeu 6,6%. Os EUA tinham deixado de ser o maior parceiro comercial do país desde a interdição dos negócios de petróleo, carvão, urânio, ouro, aço, têxteis, produtos de alta tecnologia e mercadorias agrícolas deliberadas em 1986. Além disso, as sanções de Washington interditavam novos investimentos diretos na África do Sul, depósitos sul-africanos em bancos americanos e ligações aéreas entre os dois países. [...] (MAGNOLI, 1998, p. 75).

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em novembro de 1962, a *Resolução 1761*; que condenava e reprovava as práticas racistas do regime sul-africano e demandava que todos os países signatários da Organização das Nações Unidas - ONU interrompessem as relações militares e econômicas com a África do Sul. (ONU, 1962) Aos poucos, parceiros comerciais da África do Sul aderiram à restrição de exportação e ao boicote de produtos sul-africanos; o leque de medidas restritivas ampliou-se em 1977, quando a venda de armas ao país foi proibida, e em 1979, quando a ONU decretou um embargo à venda de petróleo à África do Sul; e o governo estadunidense do presidente “pacifista” Ronald Reagan adotou medidas progressivas de sanções econômicas e militares ao país. (DIAS, 2010)

“Os próximos anos foram marcados por uma crescente oposição ao racismo no esporte, com a África do Sul sendo proibida de competir em eventos em quase todos os ramos esportivos. O país não foi autorizado a competir nas Olimpíadas do México de 1968 e foi expulso de todo o movimento olímpico em 1970. Em outras palavras, a África do Sul passou a ficar isolada evento após evento.” (ROMAM, SD) Tradução minha<sup>8</sup>

Em ressonância às sanções econômicas e militares, a comunidade internacional

---

<sup>8</sup> The next few years were characterized by a growing opposition to racialism in sport, with South Africa being banned from competing in events in almost every branch of sport. She was not allowed to compete in the 1968 Mexico Olympics, and was expelled from the whole Olympic movement in 1970. In other words South Africa began to be isolated from event after event.” (ROMAM, SD)

também se uniu para fortalecer um boicote na esfera esportiva à África do Sul. Além do banimento da África do Sul das Olimpíadas, os times sul-africanos compostos apenas por atletas brancos também enfrentaram grandes barreiras para conseguir competir internacionalmente; os mais proeminentes deles sendo os atletas de tênis, o time de críquete e o time de rúgbi – ambos os times conhecidos como *Springboks*. Em 1970, eclodiu no Reino Unido uma das mais bem-sucedidas manifestações já feitas no mundo esportivo, a *Stop The Seventy Tour – STST*, em português “Pare A Campanha de Setenta”, que mobilizou os países do *Commonwealth*, ameaçando boicotar e não participar de campeonatos caso a seleção de críquete, principalmente, o fizesse realizasse o tour. Sendo a esfera pública formada pelos praticantes e fãs de críquete, a esfera mais expressiva e influente na manifestação *STST*, tornando a manifestação conhecida apenas por conta do críquete, apesar da existência de manifestações contra o tour em outras esferas esportivas, como na do tênis; forçando a seleção de críquete sul-africana a cancelar sua campanha internacional agendada para o início da década de setenta.



Figura 2 – Manifestação britânica contra o Apartheid em 1970<sup>9</sup>

O rúgbi, na África do Sul, é herança de sua colonização britânica. O esporte desembarcou no país em 1861 e começou a se popularizar por volta de 1880, quando os africâneres (como são chamados descendentes europeus – parte branca da sociedade sul-africana) aderiram ao esporte. Logo em seguida, em 1889, a *South Africa Rugby Football Board – SARFB* foi fundada, o que permitiu a organização de competições para que os times

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2SAuklR>

de africanos pudessem competir entre si e formar a seleção dos melhores atletas para representar o país em jogos internacionais – cujas vitórias expressivas contra seleções mais tradicionais como a inglesa (criadores do esporte) e a australiana renderam grande reconhecimento dos *Springboks* na esfera internacional desse esporte, (Portal do Rugby, 2014)

A sociedade segregacionista em que se encontrava a África do Sul durante quase todo o século XX acabou por segregar também o esporte. Ao passo que os africanos possuíam maior afinidade com o rúgbi, os negros e *coloureds* (mestiços) se identificavam mais com o futebol. Pela popularidade e identificação do rúgbi com a sociedade branca sul-africana, as manifestações *anti-apartheid* que surgiram na esfera pública que englobava a comunidade do rúgbi, tanto os atletas quanto o público geral, tiveram um impacto maior do que as manifestações e o boicote feito em outras esferas esportivas na luta contra o regime racista e segregacionista que a África do Sul viveu por 46 anos – de 1948 a 1994. E assim a África do Sul encontrou-se isolada de grande parte da comunidade internacional, que boicotava investimentos e a economia do país, assim como coibia seus times esportivos a participarem de eventos e competições internacionais.

Por ser o maior rival dos *Springboks*, o *All Blacks* – seleção de rúgbi da Nova Zelândia – possui, ao lado de seu país, um papel protagonista na resistência internacional contra o *Apartheid*. As primeiras rusgas surgiram em 1960, quando a seleção do *All Blacks* foi visitar os *Springboks* na África do Sul; na ocasião o governo sul-africano vetou a participação dos atletas maoris nos confrontos entre os times por conta das leis sul-africanas, que não permitiam partidas “inter-raciais”. A manutenção da partida com o time do *All Blacks* desfalcado de seus atletas maoris gerou uma forte repercussão na Nova Zelândia e estimulou no país o debate a cerca da discriminação dos maoris. A efervescência do ocorrido só permitiu novos embates entre os rivais uma década depois, em 1970; quando, com muito empenho diplomático de ambas as partes, o governo sul-africano concordou em liberar a participação dos atletas maoris da seleção neozelandesa. (Documentário – A Political Game)

Quando o *All Blacks* – com a benção do recém-eleito primeiro ministro da Nova Zelândia – voltou à África do Sul para jogar contra o *Springboks* em 1976, o governo sul-africano ofereceu o status honorário de “pessoa branca” aos cinco atletas maoris que faziam parte da delegação neozelandesa. A visita foi considerada uma afronta pela comunidade internacional e foi vista como forma de apoio ao *Apartheid*, o que fez a esfera esportiva internacional entrar em ebulição. Vinte e cinco países da África protestaram eloquentemente contra a visita neozelandesa e boicotaram as Olimpíadas de 1976 em Montreal por conta da

presença da delegação da Nova Zelândia na competição. Depois desse ocorrido, partidas internacionais contra seleções da África do Sul de qualquer esporte foram proibidas. (Documentário – A Political Game)<sup>10</sup>

O auge para a população da Nova Zelândia foi em 1981, quando a África do Sul ignorou o bloqueio internacional e visitou o país mesmo assim. A visita controversa foi chamada de *Rebel Tour* – em português “Campanha Rebelde” – que fez a Nova Zelândia entrar em combustão e instigou vários protestos contra o regime racista sul-africano, que só voltou a visitar o país rival na década seguinte, após o fim do *Apartheid*. (Documentário – A Political Game)



Figura 3 - Protesto na Nova Zelândia em 1981 contra o racismo sul africano.<sup>11</sup>

Frederic Willem de Klerk tornou-se o novo presidente da África do Sul em 1990, um momento delicado em meio a consideráveis mudanças políticas causadas pelo marasmo econômico que o país se encontrava por conta do quase total isolamento internacional, além da crescente violência interna e maior mobilização dos negros contra o regime racista sul-africano. (MAGNOLI, 1998) Buscando amenizar a situação, o presidente Klerk determinou que os partidos e movimentos considerados ilegais no país não seriam mais condenados; os exilados receberam a permissão de retornar ao país e um número considerável de presos políticos foram agraciados com a liberdade – inclusive Nelson Mandela, após 27 anos de reclusão e trabalho forçado. Nelson Mandela então voltou a lutar pela causa que o levou a

<sup>10</sup> Na página <http://bit.ly/2NsPeUV> há mais informações sobre a visita neozelandesa de 1976.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://bit.ly/3274oTb>



prisão quase três décadas antes, na busca de um país democrático, mais justo e igualitário. (PEREIRA, 2011) A partir daí a África do Sul pôde voltar a participar das Olimpíadas e da Copa do Mundo de Futebol, além de outras competições internacionais.

As primeiras eleições democráticas da África do Sul foram realizadas em abril de 1994 e Nelson Mandela foi eleito o novo presidente do país com uma maioria de 62% dos votos. Durante sua campanha, uma das principais promessas de Mandela foi providenciar a possibilidade da coexistência harmoniosa entre todos; um país em que todos seriam considerados iguais e teriam direitos iguais independente de raça, origem ou cor da pele. (CASALS, 2010) Para que fosse possível a realização dessa promessa, o presidente Nelson Mandela escorou-se num dos principais e mais poderosos meios de transformação social de todos os tempos, o esporte.

“O esporte detém o poder de mudar o mundo. Ele possui o poder de inspirar, o poder de unir as pessoas de uma forma que poucas coisas o fazem. Conversa com os jovens numa linguagem que eles entendem. O esporte cria esperança onde havia apenas desespero. É mais poderoso que governos para derrubar barreiras raciais. Ele ri diante de todos os tipos de discriminação. O esporte é o jogo dos amantes.” Nelson Mandela. Tradução minha<sup>12</sup>

Com o país à beira do colapso e de uma guerra civil entre negros e brancos em maio de 1994, quando Nelson Mandela assumiu a presidência de forma democrática na África do Sul, o recém-eleito presidente soube reconhecer as feridas e as cicatrizes deixadas pelos 46 anos do terror racista e antidemocrático do regime do *Apartheid* e foi perspicaz ao analisar esse período e compreender o melhor caminho a ser trilhado. Mandela teve empatia pelo momento em que os brancos se encontravam, apesar da perda de grande parte do poder que detinham, os brancos testemunharam sua paixão, o rúgbi, voltar ao cenário internacional das competições, levando em conta a eleição da África do Sul para tornar-se o país sede da Copa do Mundo de Rúgbi de 1995. Mandela – com sua capacidade visionária – previu a euforia e união que essa Copa do Mundo poderia providenciar para a nação sul-africana; um momento propício para a utilização de um megaevento esportivo como meio de instigar o sentimento nacionalista e forma de união nacional. Mandela afirmou para o seu povo “*WE ARE ONE*” e

---

<sup>12</sup> “Sports have the power to change the world. It has the power to inspire, the power to unite people in a way that little else does. It speaks to youth in a language they understand. Sports can create hope, where there was once only despair. It is more powerful than governments in breaking down racial barriers. It laughs in the face of all types of discrimination. Sports is the game of lovers.” Nelson Mandela

lançou o slogan “Um time, uma nação”. (Portal do *Rugby*, 2014)

Então, Nelson Mandela esforçou-se para que a África do Sul a ganhasse o direito de sediar a Copa do Mundo de Rúgbi do ano seguinte, em 1995 e, mais do que sediar o torneio de rúgbi, o maior objetivo do líder sul-africano era reunir toda a população, independente de cor, na torcida por um único time, em apoio aos *Springboks* – representante de todo o país e não de uma cor.

Além disso, Mandela também realizou uma inteligente jogada política ao apoiar o rúgbi; o jornalista John Carlin escreveu em seu livro “*Invictus. Conquistando o inimigo*”<sup>13</sup>,

“No início de seu mandato como presidente, ele vislumbrou a possibilidade de conquistá-los [os brancos] por meio da Copa do Mundo de rúgbi. Foi por isso que ele trabalhou arduamente para convencer seus próprios partidários negros a abandonar o preconceito completamente justificado de uma vida inteira e apoiar os *Springboks*.”

O maior companheiro de Nelson Mandela em sua missão quase utópica foi o capitão dos *Springboks*, François Pienaar, o presidente conseguiu que François alinhasse seus pensamentos ao de Mandela e com muita dificuldade – muito bem representada no filme *Invictus* – a dupla foi capaz amaciar os outros integrantes da equipe e alinhar seus pensamentos à visão do presidente. Após compreenderem a relevância social que o evento proporcionava, os *Springboks* passaram a fazer visitas pontuais a vilarejos negros e pobres do país, o que fez com que os brancos da seleção compreendessem por completo sua função e a responsabilidade de carregavam nas costas, que ia muito além da vitória em campo, esses atletas tornaram-se soldados de uma batalha social a ser vencida dentro e fora de campo. (CARLIN, 2009)

Com exímio com jogo de cintura e a ajuda da equina nacional de rúgbi, Mandela convenceu a grande parte da população negra a considerar os atletas como “nossos rapazes” e os apoiasse na Copa do Mundo. Os *Springboks* chegaram à final da competição e nela encontraram seu maior rival, os *All Blacks*. A torcida unificada da grande maioria da nação foi privilegiada com uma grande final emocionante, digna do tamanho de sua representatividade para a nação sul-africana. (CARLIN, 2009) O tempo regulamentar do jogo encerrou a partida empatada em 9x9. A partida seguiu para a prorrogação. Já no início da

---

<sup>13</sup> Mais tarde, o livro “*Conquistando o inimigo*” serviu como base para o aclamado filme hollywoodiano “*Invictus*”, com atuações de Morgan Freeman como Nelson Mandela e Matt Damon como François Pienaar.

prorrogação o *All Blacks* saiu em vantagem, mas logo em seguida os *Springboks* empataram a partida. E, no apagar das luzes, quando o tempo extra estava prestes acabar com o jogo ainda empatado, o *Springboks* pontuou. 15x12. África do Sul campeã.<sup>14</sup>

O estádio Ellis Park, lotado com 63.000 pessoas, em sua capacidade máxima, e toda a África do Sul explodiu em euforia. Euforia, ufanismo e sentimento de unidade que apenas aqueles que viveram esse marco na história da humanidade ou aqueles que o estudaram extensivamente são capazes de descrever, portanto abrirei espaço para que o façam.

“Cenas inéditas de euforia em massa seguiram a vitória dos Springboks; desencadeando uma celebração excessivamente empolgante, de abraços e *hurrahs*, de alegria e loucura. Dos subúrbios geralmente arborizados, predominantemente brancos, às ruas empoeiradas dos distritos negros, os sul-africanos negros e brancos pareciam ter descoberto um senso de unidade em comum enquanto a vitória era brindada em toda a terra. Para um país com uma longa e dolorosa história de divisão e conflito, e na arena esportiva de rúgbi em particular sendo percebida como o jogo dos opressores, tais celebrações eram extraordinariamente excitantes.

Além dos foliões na rua, mas também acadêmicos normalmente reservados e taciturnos tinham opiniões francas. Wilmot James, um sociólogo, expressou o que considerou o significado da vitória dos *Springboks*, como segue:

“A seleção sul-africana se destacou além das expectativas e, ao fazê-lo, elevou o conceito de unidade nacional de uma forma que 1000 palestras e oficinas comunitárias não poderiam ter começado a alcançar. O Presidente Nelson Mandela também é um grande partido para o levantamento do espírito nacional ... Algumas pessoas se perguntam em que medida a excelência atlética pode penetrar no espírito. No entanto, é um erro da inteligência pensar que a proeza no campo esportivo evoca apenas um sentimentalismo momentâneo para as massas. Ele define um exemplo inconfundível, envolve milhões de pessoas em formas coletivas e celebrações, e é, de fato, um poderoso exemplo de ideologia espontânea.” (Grundlingh, 1998)<sup>15</sup>

---

14 A partida pode ser assistida por completo – disponível em: <http://bit.ly/2SOoBJi>

15 “Unprecedented scenes of mass euphoria followed the Springbok victory; unleashing a celebration of exhilarating excess, of hugs and hurrahs, of merriment and madness. From the usually staid tree-lined, predominantly white suburbs, to dusty black township streets, black and white South Africans seemed to have discovered a sense of common unity as the victory was toasted across the land. For a country with a long and painful history of division and conflict, and in the sporting arena rugby in particular being perceived as the game of the Afrikaner oppressors, such celebrations were thrillingly extraordinary. Not only the revellers in the street, but also normally reserved and taciturn academics had outspoken opinions. Wilmot James, a sociologist, expressed what he regarded as the significance of the Springbok victory as follows:

“South African sport teams have excelled beyond expectations and in doing so have elevated the concept of national unity in a way that 1000 lectures and community workshops could not have begun to achieve. President Nelson Mandela, too is a major party to the lifting of the national spirit ... Some people wonder aloud how deeply athletic excellence can penetrate the spirit. However, it is a mistake of the intelligence to think that prowess on the sports field evokes merely a momentary sentimentality for the masses. It sets an



**Figura 4: Nelson Mandela entregando a taça de campeão do mundo ao capitão François Pienaar.<sup>16</sup>**

No momento da entrega da taça ocorreu o seguinte diálogo:

“– François, obrigado pelo o que você fez pelo nosso país – disse Nelson Mandela, ao capitão da equipe, François Pienaar.  
 – Obrigado você, presidente, por todo o seu trabalho. Pela primeira vez, todas as pessoas vieram juntas, independentemente de suas raças, religiões e se abraçaram. Isso foi maravilhoso!”

A conquista do mundo foi um grande e bem-sucedido capítulo na busca da unificação da nação e foi, provavelmente, a primeira vez na história que toda a população sul-africana se sentiu como uma só. Como iguais. Passada a euforia, a África do Sul ainda se encontrava em uma situação delicada e com um considerável número de problemas a sanar – mas o primeiro passo havia sido dado com o melhor e mais apropriado estímulo – dando uma sobrevida àqueles que haviam perdido a esperança.

---

unmistakable example, involves millions of people in collective forms and celebrations, and is in fact a powerful example of spontaneous ideology.” (Grundlingh, 1998)

<sup>16</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2GtHwE8>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capaz de dar voz aos proscritos, instigar movimentos democráticos, mobilizar milhares e até mesmo bilhares, lutar contra regimes ditatoriais, lutar contra o racismo e a desigualdade, oferecer oportunidades de integração social, unificar nações, providenciar o sentimento de nacionalismo, possibilitar a conquista do mundo de países subdesenvolvidos, dar suporte à economia, estímulo turístico, marcar a história e, entre outros feitos, influenciar a política.

Apesar das limitações que um trabalho de conclusão de graduação apresenta, impossibilitando um maior aprofundamento na explanação do tema escolhido, esse trabalho não explora todas as vertentes supracitadas, mas cumpre seu objetivo de contar um pouco da rica história do esporte e demonstra de forma simplificada o poder singular que esse fenômeno social possui; principalmente – como destacado aqui – sobre a política. Além de expor que o futebol não é o único esporte detentor deste poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em:< <http://bit.ly/2XIJp08> >. Acesso em: 28 de junho de 2019

AVRITZER, Leonardo. **Ação, Fundação E Autoridade em Hannah Arendt**. São Paulo: Lua Nova 68: 147-157, 2006.

BARBANTI, Valdir. **O que é esporte?** São Paulo: Revista brasileira de atividade física & saúde, 2006. Disponível em:< <http://bit.ly/2L0yxgS> >. Acesso em: 21 de junho de 2019.

BERTEN, André. **A política do bem comum e da vida boa. A tradição aristotélica**. São Paulo: Revista Filosofia Política: 70-85, 2004.

BRITO, Renata Rômulo. **Ação Política em Hannah Arendt**. Campinas, 2007. Disponível em: < <http://bit.ly/303jK9q> >. Acesso em: 28 de junho de 2019.

CARLIN, John. **Invictus. Conquistando o inimigo**. Editora Sextame, 2009.

CASALS, X. Mandela: el forjador de una nueva Sudáfrica. Clío: Revista de História, Barcelona, n. 100: 75-79, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto: A ascensão da insignificância**. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997. Disponível em: < <http://bit.ly/2V6wM35> >. Acesso em: 26 de abril de 2019.

DIAS, Cristiano. A eficácia das sanções econômicas. Reportagem para o Estadão. Disponível em: < <http://bit.ly/2YqadvV> >. Acesso em: 24 de julho de 2019.

DOCUMENTÁRIO 1 – Democracia em Preto e Branco. Direção de Pedro Asbeg. Brasil, 2014. Disponível em: ESPN Watch. Acesso em: 18 de maio de 2019.

DOCUMENTÁRIO 2 – A Political Game – a story of Rugby and Apartheid. Direção de David Crerar, Produção de Steven Orsourn, 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Np3LCojFOiY> >. Acesso em: 18 de maio de 2019.

FLORENZANO, Paulo José. **Democracia Corinthiana**: Práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

GRUNDLINGH, Albert. “*From Redemption to Recidivism? Rugby and Change in South Africa During the 1995 Rugby World Cup and its Aftermath*”. In Sporting Traditions, vol. 14 no. 2: 1998. Disponível em: < <http://bit.ly/2ScugbC> >. Acesso em 11 de julho de 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: Entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Disponível em: < <http://bit.ly/2GXCGIc> >. Acesso em: 04 de maio de 2019.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Vol. 3. Civilização Brasileira, 1968.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática**: os limites do totalitarismo. Tradução de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LUBENOW, Jorge Adriano. **Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos**. Kriterion, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 227-258, 2010. Disponível em: < <http://bit.ly/2ZY04HF> >. Acesso em: 30 de abril de 2019.

MAGNOLI, D. **África do Sul: o racismo como instituição, conflitos internos e pressões externas, o futuro da África do Sul**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MORE - Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: < <http://www.more.ufsc.br/> >. Acesso em: 07 de maio de 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas, **Resolução 1761**. Disponível em: < <http://bit.ly/2Z5gJ8t> >. Acesso em: 24 de julho de 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Ana Lúcia Danilevics. **A (Longa) História da Desigualdade na África do Sul**. Philia&Filia, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <http://bit.ly/2XLM4M9> >. Acesso em: 11 de julho de 2019.

Portal do Rugby. **África do Sul, Apartheid e Rugby: séculos de extremos**. Disponível em: < <http://bit.ly/2ycEnEI> >. Acesso em: 26 de julho de 2019.

ROMAM, Roger. *Don't play with Apartheid – isolate it*. África do Sul: Reality Publications, sem data. Disponível em: < <http://bit.ly/2Mb6ITt> >. Acesso em: 24 de julho de 2019.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. **Acervo Histórico**. Disponível em: < <http://bit.ly/2JraIO3> >. Acesso em: 08 de julho de 2019.

SCHMITTER, Philippe C. **Reflexões sobre o conceito de política**. 2. ed. Brasília: UnB, 1984. Disponível em: < <http://bit.ly/2H1Zo9N> >. Acesso em: 14 de abril de 2019.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: < <http://bit.ly/2V6Du9o> >. Acesso em: 22 de abril de 2019.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÓCRATES; GOZZI, Ricardo. **Democracia Corintiana: a utopia em jogo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SPORT CLUBE CORINTHINAS PAULISTA. **Clube – História**. Disponível em: < <http://bit.ly/2NsPeUV> >. Acesso em: 06 de junho de 2019.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. São Paulo; Editora Brasiliense, 2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2L6Qs5r> >. Acesso em: 20 de junho de 2019